

# Incubação de empreendimentos de economia solidária em Santa Maria no Rio Grande do Sul

Incubation of projects of social economy in Santa Maria in Rio Grande do Sul

CAROLINE GOERCK\*

RAQUEL APARECIDA CELSO\*\*

BRUNA SURDI ALVES\*\*\*



**RESUMO** – Este artigo tem o objetivo de relatar o processo de incubação de dois empreendimentos de geração de trabalho e renda em Santa Maria/RS, através de um projeto de extensão comunitária que vem sendo apoiado pelo PROEXT/MEC. Com os processos de acentuação das desigualdades sociais, diante da reestruturação produtiva do capitalismo no final do século XX, surgiram formas alternativas e emergenciais de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social. Estas iniciativas emergenciais foram impulsionadas por organizações populares com o objetivo de gerar trabalho e renda, tendo-se a Economia Solidária como uma destas alternativas. O fomento de empreendimentos através da incubação por parte das universidades, de forma pró-ativa, se faz um importante trabalho de inclusão social e de exercício profissional. Através deste projeto de extensão comunitária teve início a Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria.

**Palavras-chave** – Incubação. Trabalho. Geração de renda.

**ABSTRACT** – This article aims to describe the process of incubation of two projects to generate employment and income in Santa Maria / RS, through a community outreach project which is supported by PROEXT/MEC. With the processes of increased social inequalities, given the productive restructuring of capitalism in the late twentieth century, there were alternative ways of coping and emergency unemployment and social exclusion. These emergency initiatives were driven by grassroots organizations with the objective of generating employment and income, having a Solidarity Economy as one of these alternatives. The promotion of enterprises through incubation by universities, pro-active, it is an important work of social inclusion and professional practice. Through this community outreach project began the Social Incubator Federal University of Santa Maria.

**Keywords** – Incubation. Labor. Income generation.

---

\* Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS – Brasil. E-mail: [carolinegoerck@yahoo.com.br](mailto:carolinegoerck@yahoo.com.br)

\*\* Acadêmica do Curso de Serviço Social Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS – Brasil.

\*\*\* Acadêmica do Curso de Serviço Social Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS – Brasil. Submetido em: agosto/2013. Aprovado em: outubro/2013.

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos importantes da metodologia de Incubação de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária, baseando-se na experiência desenvolvida com grupos populares de geração de trabalho e renda através de um Projeto de Extensão, via PROEXT/MEC 2012, na Universidade Federal de Santa Maria.

As experiências alternativas de geração de trabalho e renda acentuaram-se no término do século XX e início do XXI, por meio do incentivo da sociedade civil, das organizações governamentais e das incubadoras universitárias, devido às transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e no mercado. Os empreendimentos coletivos, designados como Economia Popular Solidária, são formados, normalmente, pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho, visando à geração de trabalho e renda, bem como a inclusões sociais e econômicas. Assim, as experiências de Economia Popular Solidária, geralmente, caracterizam-se como pequenas associações, constituídas pelos sujeitos mais vulnerabilizados e marginalizados da sociedade (RAZETO, 1999).

A Economia Popular Solidária se expressa através de formas associativistas e cooperativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de consumo de produtos. Pode-se salientar que as atividades realizadas nesses empreendimentos populares e coletivos, além de gerar renda, em alguns casos, agregam princípios que potencializam o processo de trabalho, os quais, normalmente, não são proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista.

Esses princípios, originados pelos precursores do cooperativismo, estão respaldados na solidariedade, na democracia, na proximidade com a autogestão, na participação, na posse coletiva dos meios de produção, no processo de rotatividade de funções e na divisão de renda entre os associados. Estes, de forma democrática, deveriam definir estratégias de repartição de tarefas e sobras, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e de preservação do meio ambiente, pois, em alguns casos, os empreendimentos populares e coletivos possuem dificuldades na etapa inicial de organização do trabalho coletivo por seguir alguns princípios capitalistas.

Tendo-se como embasamento o método dialético-crítico, porém, não se compreendem as experiências coletivas que constituem a Economia Popular Solidária como forma de substituir o sistema capitalista, pois essas experiências também estão incluídas neste modo de produção e tentam se inserir no ciclo da reprodução capitalista. Percebem-se, então, essas experiências, em um primeiro momento, como alternativas dos sujeitos para gerar trabalho e renda. Enfatiza-se que, ao mesmo tempo em que tais experiências coletivas podem se constituir como formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade social – entre elas, o desemprego –, esses empreendimentos e seu respectivo programa social<sup>1</sup> são compreendidos, também, como estratégias do próprio sistema e do Estado para atenuar os conflitos de classe, mantendo e reproduzindo o *status quo*. Outras formas de precarização do trabalho e regulação da questão social são, por exemplo, o trabalho temporário, informal e terceirizado.

Ao estarem excluídos do mercado formal de trabalho, estes trabalhadores estão, conseqüentemente, inseridos na lógica do sistema capitalista, pois o desemprego é inerente a esse modo de produção. A exclusão na produção de bens e serviços ocorre também por meio da inclusão no sistema, já que a exclusão, além de necessária ao capitalismo, também se configura como uma modalidade de inserção que se define, paradoxalmente, pela não participação e pelo não acesso à riqueza socialmente produzida (YAZBEK, 2001). Dessa forma, ao mesmo tempo em que os trabalhadores participantes das experiências de Economia Popular Solidária, normalmente, estão excluídos do mercado formal de trabalho, eles estão incluídos no sistema – em condição de vulnerabilidade social.

Além disso, esses empreendimentos podem caracterizar a precarização do trabalho coletivo, uma vez que os sujeitos envolvidos, geralmente, não possuem acesso aos direitos trabalhistas e que tais empreendimentos acabam se tornando uma alternativa emergencial para a geração de renda. Nesse

contexto, apresenta-se a incubação desses grupos informais de trabalho como uma forma de inclusão socioprodutiva, sem deixar de mencionar os seus limites.

### **A centralidade do trabalho e a reestruturação do capitalismo**

O processo de trabalho é um elemento central na vida do homem. A partir dele, o homem produz e se reproduz socialmente, modificando a natureza e transformando-a em bens para a humanidade. No entanto, no capitalismo, a força de trabalho passa a ser uma mercadoria e, quando explorada, converte-se em lucro para o sistema. Assim, muitas vezes, o trabalho deixa de ser uma atividade que propicia autorrealização e propulsiona identificação para o sujeito, pois passa a ser um “fardo”, de modo que o próprio indivíduo não se vê refletido no processo de trabalho, o qual se torna, antes, um processo de alienação.<sup>2</sup>

Assim como a alienação nasce na origem do capitalismo, a questão social deriva do conflito entre o capital (proprietários dos meios de produção) e o trabalho (trabalhadores que vendem sua força de trabalho). A questão social pode ser compreendida como

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2012).

Esse conflito resulta em desigualdades econômicas e, conseqüentemente, sociais, gerando pobreza, desemprego e exclusão social. Além de desigualdade, pode dar origem à rebeldia, pois abarca os sujeitos que experienciam tal realidade e que, muitas vezes, não se submetem a ela.

A reestruturação do capitalismo acrescentou à produção de mercadorias as novas tecnologias, a robótica, a eletrônica e a automação, mantendo pessoas com menos qualificação profissional no mercado, sem que tivessem perspectiva de retornar ao trabalho formal. Além da crescente massa de trabalhadores sobrantes oriunda desse processo, a urbanização (que se deu seja pela leva de ex-escravos no final do século XIX,<sup>3</sup> seja pela expulsão da população campesina),<sup>4</sup> a globalização e a reestruturação dos processos de trabalho contribuíram para a elevação do já elevado índice de trabalhadores desempregados que atuam na informalidade.<sup>5</sup>

### **Os empreendimentos econômicos solidários e o incentivo governamental às incubadoras populares**

O agravamento da questão social, no contexto socioeconômico brasileiro nas décadas de oitenta e noventa do século XX fez surgir vários movimentos e organizações dos trabalhadores para o enfrentamento da exclusão social. Com o apoio de diversas entidades, espalharam-se pelo país outras formas de produção e organização do trabalho coletivo, baseadas em ideais cooperativistas<sup>6</sup> e associativistas.<sup>7</sup> Essas experiências impulsionaram a construção da Economia Solidária, que se estrutura nas relações solidárias de produção, em que todos os trabalhadores envolvidos devem ter direitos iguais de participação, contrapondo-se aos ideais capitalistas liberais de acumulação, individualismo e competição.

Este conjunto de experiências [décadas de 30, 60, 70 e 90 do século XX] somando-se as políticas públicas e ações de Organizações não Governamentais voltadas ao associativismo, foi constituído as bases de uma proposta de desenvolvimento associativo, por meio da constituição de Empreendimentos Econômicos. Esta proposta, baseada num novo associativismo ou

cooperativismo, é denominada de varias formas, as mais conhecidas e aceitas atualmente são: Economia Solidária, Economia Popular Solidária (LEMES; BASSO; RASIA, 2008).

A centralidade da organização da Economia Solidária está na vida humana e no seu bem-estar, buscando, assim, transformar a visão capitalista de trabalho como exploração e promover a ideia do trabalho socialmente útil e da autorrealização humana pelo trabalho. Partindo desses princípios, vem à tona a discussão acerca da Economia Popular Solidária,<sup>8</sup> que abrange os princípios associativistas e cooperativistas e se dá por meio de grupos populares vinculados à necessidade de sobrevivência dos sujeitos à margem do mercado formal, entre outras formas de inserção socioeconômica.

Com a expansão desses empreendimentos em escala nacional, instaurou-se a necessidade de apoio governamental para o fortalecimento da Economia Solidária. Nesse contexto, por meio da pressão do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária e de outras entidades, em 2003, foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego, fruto de uma discussão social que surgiu no I Fórum Social Mundial, em 2001.

Em junho de 2003 realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, que contou com um processo preparatório de mobilização em 17 estados, e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A SENAES foi constituída pouco antes deste evento. O FBES saiu desta III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade (Fórum Brasileiro de Economia Solidária).<sup>9</sup>

Concomitante a esse movimento de expansão da Economia Solidária, surgem, na década de 90 do século XX, as primeiras experiências de incubação de grupos populares de geração de renda dentro das universidades. A primeira incubadora foi a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ, formada em 1995, seguida por outra criada na USP. As incubadoras têm o objetivo de assessorar técnica, administrativa e politicamente, de forma integrada e contínua (EID, 2004), as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, bem como os seus integrantes. Objetivam, também, incubar os empreendimentos com vistas a fortalecê-los e potencializá-los de forma que adquiram autonomia econômica e social, contribuindo ainda ao desenvolvimento sustentável local e regional e, potencialmente, à transformação da realidade em que estes estão inseridos.

Outro aspecto preponderante de uma incubadora social é a conciliação da pesquisa, do ensino e da extensão, proposto pelo projeto de extensão realizado pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e financiado pelo PROEXT/MEC em 2012.<sup>10</sup> Destaca-se que essa proposta é posta em prática no projeto-piloto da Incubadora Social da UFSM criada no mesmo ano.

Tal projeto teve como objetivo assessorar/incubar empreendimentos de Economia Solidária, a partir da formação de dois grupos de geração de trabalho e renda com os moradores de comunidades locais próximas à universidade. Para a elaboração de sistematizações sobre a metodologia de incubação, fez-se necessária a conciliação dos três elementos (Ensino, Pesquisa e Extensão), em que um complementa o outro, principalmente no que se vincula às universidades federais.

Estudantes, professores e técnicos se engajam na formação e incubação de cooperativas populares, recém-formados criam suas próprias cooperativas, experiências autogestionárias (como cooperativas de crédito) no próprio campus, são espaços de aprendizado, mas também de observação e reflexão sobre esse modo de produção revivido e seu papel na sociedade contemporânea (CATTANI, 2003, p. 37).

As universidades são espaços de produção de conhecimento, em que os pesquisadores e demais profissionais desenvolvem, por exemplo, estudos sobre as comunidades e os sujeitos incubados, os

procedimentos e as metodologias de incubação, entre outros temas. Diante desse contexto, apresenta-se, a seguir, a metodologia utilizada para incubar os empreendimentos suscitados através desta proposta.

## Metodologia de incubação

É por meio da práxis social e do contínuo processo de reflexão crítica sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido que, aos poucos, são criadas metodologias que abarcam a demanda de incubação, objetivando a autonomia de cooperativas, associações, grupos formais e/ou informais, empresas autogestionárias, entre outros.

A incubação consiste em uma assessoria prestada às experiências de Economia Solidária. Essa

[...] assessoria está voltada para a busca de totalização no processo de prática no sentido de apontar, resgatar e trabalhar as deficiências, os limites, recursos e possibilidade da equipe, socializando conteúdos, instrumentos de indagação e análise, e também produzindo estudos e análises que a equipe não está preparada e nem é seu papel realizar, tendo em vista as respostas concretas e imediatas que precisa dar às demandas que a realidade põe à sua ação (VASCONCELOS, 1995, p. 132-133).

A assessoria pode ser entendida, assim, como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, em que o assessor, normalmente, não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização desse trabalho. Tendo em vista esses conceitos, elaborou-se uma Síntese Preliminar da Metodologia de Incubação a fim de organizar o processo de incubação dentro do projeto de extensão realizado na Vila Jardim e nas imediações da cidade de Santa Maria.

Essa localidade foi escolhida como foco da ação em razão da alta vulnerabilidade socioeconômica dos moradores, do elevado índice de beneficiários do Programa Bolsa Família e dos muitos trabalhadores em situação de informalidade aí residentes. O público-alvo desse projeto de extensão são, principalmente, as mulheres, pois compreende-se que há uma inserção massiva de mulheres no mercado de trabalho, já que, cada vez mais, estas são responsáveis por manter economicamente seus lares. Com a flexibilização do capitalismo e a precarização do trabalho, o sexo feminino é o principal atingido por ser social e economicamente excluído.

O número de famílias sob a responsabilidade das mulheres, segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, ampliou de forma significativa no Brasil. De acordo com esse censo, em 2000, 22,2% das famílias eram chefiadas por mulheres; já em 2010, esse índice era de 37,3%. Os dados indicam que, em 2000, eram 9.048 milhões e, em 2010, 18.617 milhões o número de mulheres no Brasil. Já no Rio Grande do Sul, 1.433.600 mulheres são chefes de família segundo o mesmo censo.

Assim, percebe-se a importância de incluir esse segmento da população em políticas de geração de trabalho e renda, já que

As mulheres continuam recebendo menos que os homens no exercício da mesma atividade, ocupam menos cargos de chefia, estão cada vez mais ocupando postos de trabalho marcados pela precarização e são as maiores vítimas do desemprego (OLIVEIRA, 2008, p. 327).

Diante desta realidade socioeconômica de exclusão do mercado formal de trabalho e de “luta” pela inserção social destes trabalhadores, seguiram-se, no referido projeto de extensão, as seguintes etapas de incubação: pré-incubação, incubação e pós-incubação.

A pré-incubação teve como objetivo a organização dos grupos com base nas áreas de interesses dos sujeitos, a partir das visitas e reuniões realizadas na comunidade. Após o mapeamento feito pela equipe do projeto de extensão, os moradores interessados foram convidados a participar de reuniões

públicas. Durante as visitas domiciliares,<sup>11</sup> a equipe pôde iniciar o levantamento das condições socioeconômicas e culturais da comunidade.

A comunidade em questão é formada pelo conjunto das vilas Aparício de Moraes, Vila Jardim e Vila Progresso. Essa região é conhecida por ter sido um território de ocupação, especialmente no final da década de 70 e início da década de 80 do século XX. Desde então, as condições de moradia e saneamento são precárias, de modo que a grande maioria dos residentes desse local não possui rede esgoto e de escoamento de água da chuva.

Nas visitas domiciliares, foram apresentados alguns aspectos do projeto, incluindo objetivos, metodologia e equipe responsável, e foram realizados convites aos moradores para participar de reuniões realizadas na escola municipal próxima à comunidade, as quais tencionavam reunir interessados da comunidade em integrar um grupo de geração de trabalho e renda. As primeiras reuniões tiveram uma adesão considerável; entretanto, com o passar do tempo, a quantidade de moradores participantes foi diminuindo. Pode-se supor que essa evasão se deve ao caráter não imediato do projeto.

Através de levantamentos feitos pela equipe responsável, constatou-se que uma parcela desses desistentes tinham necessidade de atendimento imediato a suas demandas de acesso à saúde, à alimentação e de encaminhamentos para benefícios previdenciários. Mesmo fazendo-se esse acompanhamento inicial, muitas dessas demandas não estavam ao alcance das possibilidades do projeto, pois esbarravam em leis e limites governamentais/municipais existentes. Assim, permaneceram no projeto somente os moradores que com ele se identificaram.

Entre os debates realizados com os presentes nas reuniões, estavam em pauta demandas e interesses destes, bem como expectativas e esclarecimentos sobre as possibilidades e os limites da atuação da equipe no processo de desenvolvimento do projeto. Esse diálogo entre a equipe e os participantes se deu de forma participativa, garantindo ampla discussão e avaliação coletiva de todos os envolvidos. Além disso, através desses primeiros encontros, foi possível realizar um levantamento da realidade socioeconômica da comunidade, avaliando possíveis encaminhamentos à rede de assistência e a demais políticas sociais.

O processo de incubação iniciou após a escolha, pelos moradores, dos cursos de capacitação e qualificação nos quais estes tinham interesse, tendo sido feito, posteriormente, um mapeamento, pela equipe, das instituições que ofereciam os cursos requeridos. Depois das etapas preliminares, desenvolveu-se o processo de assessoria aos grupos em formação.

No caso do projeto de extensão desenvolvido, a equipe acompanhou o processo de qualificação dos associados, dando suporte técnico, político e social durante a incubação. Foram organizados dois cursos de qualificação, um voltado à confecção de artesanato com base em materiais recicláveis, oferecido por uma artesã local, e outro voltado à panificação, oferecido pelo curso de Agroindústria do Colégio Politécnico da UFSM.

No processo de incubação, a capacitação técnica é de extrema importância, pois é durante esse momento que os associados e/ou cooperados aprendem técnicas de produção, conhecem ou criam equipamentos que vão auxiliar na produção e/ou comercialização e são capacitados sobre assuntos como saúde do trabalhador e equipamentos de proteção. Nesse período, dá-se, também, o conhecimento de grupos que já realizam atividades idênticas, bem como uma capacitação administrativa através de debates sobre democracia, legislações vigentes, fundos obrigatórios, conselhos, informações e documentos e diversos tipos de planejamento que envolvem produção, comercialização ou até mesmo a busca pelo crédito.

Ressalta-se, ainda, que, apesar dos dois grupos criados terem se consolidado, aderindo às oficinas, o público-alvo foi se modificando ao longo do projeto, principalmente no grupo de artesanato. Inicialmente, esse grupo era constituído por mulheres, geralmente chefes de família, que desempenhavam atividades informais como coleta de materiais recicláveis e trabalhos domésticos. Compreendem-se, neste estudo, chefes de família como aqueles que proveem economicamente a família.

Anteriormente, o labor feminino se restringia aos trabalhos que visavam o cuidado com o lar e com a educação dos filhos, porém, nas últimas décadas as mulheres são cada vez mais as responsáveis por prover financeiramente seus lares (OLIVEIRA, 2008, p. 327).

Com o tempo, foram agregando-se ao grupo jovens e adolescentes, dos quais muitos eram filhos ou parentes das mulheres já participantes, formando uma rede comunitária. Ao fim, percebeu-se que o grupo se constituía como um espaço de ocupação, gerando processos sociais de diálogo e entretenimento. Com isso, pode-se supor que, na falta de espaços de convívio, lazer e cultura na comunidade, como praças ou centros comunitários não religiosos, as oficinas do projeto tornaram-se uma atividade atrativa.

Juntamente aos cursos de capacitação, foram realizadas oficinas abordando os princípios da Economia Solidária, entre os quais se encontram: a autogestão como forma de organização; a cooperação e a solidariedade no processo de decisão, produção e comercialização; a valorização do trabalho humano garantindo a realização social dos envolvidos; a consciência ecológica como o respeito à natureza; e o papel da mulher no contexto da comunidade. Essas oficinas objetivaram diferenciar os grupos, trabalhando os ideais de uma sociedade mais igualitária e levando os sujeitos a buscar soluções conjuntas para a viabilidade do grupo.

Além das oficinas, realizaram-se reuniões concomitantes às atividades de qualificação, tanto na área do artesanato quanto da padaria/confeitaria, com o objetivo de trabalhar os aspectos locais de produção e comercialização, avaliando em conjunto qual produto produzir, bem como a forma rentável de fazer isso, e garantindo, portanto, o escoamento inicial dos produtos.

Como resultados da qualificação e dos encaminhamentos da equipe de Incubação, surgiram possíveis produtos a serem comercializados. O grupo de padeiros optou, inicialmente, pela produção estratégica de panetone e, a partir disso, pela produção de pães variados e lanches. Já o grupo de artesãos optou por focar o reaproveitamento do tecido, formando o fuxico, e as bijuterias produzidas com materiais recicláveis.

Ressalta-se, também, que, para manter as mulheres e os jovens nesses empreendimentos incubados, é necessário que no período de incubação os produtos sejam inseridos no mercado local e regional, buscando implementar um *marketing* estratégico, o qual está sendo desenvolvido, no caso do projeto de extensão estudado, através da Incubadora Social da UFSM. Tal inserção poderá contribuir para o fortalecimento de redes entre empreendimentos e de autonomia dos grupos populares de geração de trabalho e renda.

Assim, ocorreram reuniões para organização dos grupos quanto à questão da inserção dos produtos no mercado local, discutindo-se os princípios básicos do cooperativismo e da Economia Solidária. Foi ressaltada a importância do produzir e repartir coletivo, de forma solidária e justa, e da autonomia do grupo.

Faz-se necessário, também, mencionar o quão fundamental é esse processo de discussão e decisão coletiva na politização do grupo. Ao refletirem sobre a sua realidade, os participantes percebiam-se como sujeitos atuantes na construção do grupo e do projeto em si. Desse modo, tal momento se configura como um ensaio da participação social, garantido a autonomia dos sujeitos na tomada de decisões. Nesse contexto, pode-se afirmar que

A construção em conjunto acontece quando o poder está com as pessoas [...]. Aí se pode construir um processo de planejamento em que todos, com seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam seus problemas, suas ideias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, suas propostas e suas ações (GANDIN, 2011, p. 57).

Após este período da pré-incubação junto à equipe do projeto, fez-se necessário estabelecer vínculo com a rede local e regional de fóruns e feiras de Economia Solidária. Já em relação à produção em si, serão feitas análises de mercado, de prováveis concorrentes e de locais de comercialização, ou seja, da

viabilidade do grupo no mercado. Por fim, torna-se necessária, também, a regulamentação do grupo, por meio da formulação de estatutos, fundos e regimento interno e da organização do trabalho administrativo, contábil e jurídico. Estas ações de incubação, segunda etapa do processo, estão sendo desenvolvidas pela Incubadora Social da UFSM.

O processo de pós-incubação e/ou de desincubação ocorre por meio de ações pontuais, ligadas às demandas e necessidades do grupo. Esse momento remete a um “desvinculo” da equipe de incubação, tornando o empreendimento autônomo e independente do apoio incondicional da equipe técnica.

Muitas incubadoras universitárias apontam que este processo é um dos mais difíceis, pois não há como fixar um limite para o vínculo entre empreendimento e incubadora e, ao mesmo tempo, é necessário fixar um limite temporal. De certa forma, é nesse momento que é possível verificar se os empreendimentos têm viabilidade no mercado e se existem vínculos externos para além da incubadora, possibilitando seu desprendimento. Assim, são imprescindíveis o monitoramento e a avaliação<sup>12</sup> do trabalho da incubação, garantindo que os grupos formados tenham autonomia e que a cidadania seja fortalecida.

### **Alguns apontamentos para a reflexão**

A experiência do projeto de extensão apresentado tem o objetivo de fomentar a geração de trabalho e renda como forma de inclusão produtiva nos moldes da Economia Solidária. Essa forma de organização e produção está baseada nos princípios da solidariedade, da igualdade e da autogestão.<sup>13</sup> Além de reivindicar novas formas de produção e relação entre os integrantes, tal forma objetiva atender às demandas econômicas imediatas dos trabalhadores. Assim, ao unir características populares dos grupos socialmente excluídos, também busca enfrentar as formas de produção excludentes e a desvalorização do trabalho humano em um contexto de reestruturação produtiva do capital, que gera mais desigualdades e incertezas.

Esta experiência proporciona aos participantes e aos estudantes do curso de Serviço Social adquirir um olhar crítico quanto ao contexto socioeconômico e cultural da sociedade atual, principalmente na conjuntura brasileira. Esse processo de quebra da visão unilateral da questão social, se atrelado à realidade concreta da atuação na sociedade, fato possível na extensão universitária, coloca-se como oportunidade essencial na formação profissional, principalmente na área e no conhecimento do Serviço Social. Tal processo agrega elementos teóricos e práticos que, entrelaçados, formam a práxis,<sup>14</sup> tão mencionada nos bancos acadêmicos.

Unindo os aspectos teóricos e a realidade social vivida pelos sujeitos, pode-se discutir a importância de aliar as contribuições da extensão às possibilidades de investigação através da pesquisa como produção direta de conhecimento científico, além de criar espaços de observação da realidade e reflexão sobre ela. Assim, juntando ensino, pesquisa e extensão, a universidade possibilita a geração de conhecimento socialmente útil e socialmente referenciado a partir das demandas da sociedade de forma proativa. É fundamental ressaltar que esse processo se torna ainda mais importante quando se trabalha com as demandas dos segmentos mais vulneráveis, possibilitando, inicialmente, a sua ascensão econômica e social, mesmo que de forma emergencial, bem como uma politização social que anteriormente não existia.

É dentro desse contexto de exclusão social e também de formas de resistência que o Serviço Social, como categoria profissional que tem como objeto de trabalho as manifestações da questão social, encontra, na organização e no acompanhamento de grupos de economia popular e solidária, um campo fértil de concretização do seu Código de Ética Profissional. Como princípios fundamentais desse Código, podem-se citar o posicionamento ético político a favor da igualdade e da equidade social e o compromisso na construção de uma nova ordem societária sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero (Código de Ética dos Assistentes Sociais, 1993). Assim, o assistente social, como categoria inserida



na divisão sociotécnica do trabalho, tem grande contribuição na Economia Popular Solidária como forma de inclusão produtiva, garantindo a autonomia dos sujeitos e a consolidação de seus direitos.

O assistente social, no trabalho de incubação e assessoria aos empreendimentos da Economia Solidária, manifesta-se a partir da sua instrumentalidade no processo de trabalho. Nesse processo, o profissional deve ter como intencionalidade o fortalecimento das experiências e a autonomia dos sujeitos envolvidos.

É dever do assistente social, nas relações com os usuários, de acordo com o Código de Ética, contribuir para a viabilização da participação dos usuários nas decisões institucionais. Assim, o trabalho no processo de incubação e assessoria aos empreendimentos deve respeitar as decisões dos sujeitos, bem como conciliar o saber popular e o saber técnico científico.

Enfatiza-se, ainda, o trabalho do assistente social no apoio aos empreendimentos econômicos e solidários, que são formas de resistência às manifestações da questão social, através do esclarecimento aos trabalhadores quanto aos seus direitos enquanto sujeitos de cidadania. O profissional de Serviço Social, ao fomentar o desenvolvimento de experiências coletivas e solidárias como estas, posiciona-se, claramente, em favor de uma sociedade mais justa e igualitária, sem perder o senso crítico acerca da realidade. As ações abordadas neste artigo não desconsideram a contradição existente entre essas experiências e o próprio sistema capitalista, já que os sujeitos envolvidos necessitam de um suporte emergencial para sobreviver.

## Referências

- ALBUQUERQUE, P. P. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: "autonomia" ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.
- EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de EES. In: PICANÇO, Iraci; TIRIBA, Lia (Org.). *Trabalho e educação*. Aparecida: Ideias e Letras, 2004. p. 167-188.
- GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 57.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios: resultados da amostra*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/familias\\_e\\_domicilios/default\\_familias\\_e\\_domicilios.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/familias_e_domicilios/default_familias_e_domicilios.shtm). Acesso em: 12 ago. 2013.
- LEMES, Fábio Roberto M.; BASSO, Lauri; RASIA, Pedro Carlos. *Processo educativo em incubação de empreendimentos de economia solidária: uma experiência*. Ijuí: Editora Unijuí, 2008. (Cadernos Unijuí. Série Economia Solidária, 6).
- MARINO, Eduardo. *Manual de avaliação de projetos sociais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva; Instituto Ayrton Senna, 2003.
- MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 1, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução: BARBOSA, Regis; KOTHE, Flávio R. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. v I.
- OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na Economia Solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 325-332, jul./dez. 2008.
- PERIN, Silvana Dóris. A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social. 2008. In: ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2., 2008. Brasília. Disponível em: [http://mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo\\_7.6\\_-\\_Silvana\\_Doris.pdf](http://mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo_7.6_-_Silvana_Doris.pdf). Acesso em: 08 jul. 2013.
- PINHO, Diva Benevides. *Que é cooperativismo*. São Paulo: Editora S.A., 1966.
- PRATES, Jane Cruz. *Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. (Dissertação de Mestrado).

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

THEODORO Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: ARROCHELLAS, Maria Helena; RAMALHO, Jether Pereira. *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal*. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. *Separata de Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1995.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001.

---

<sup>1</sup> O programa brasileiro de Economia Solidária em Desenvolvimento – assim como outros programas sociais de geração e transferência de renda –, ao mesmo tempo em que se constitui como possibilidade de inclusão socioeconômica dos sujeitos, também pode ser compreendido como uma forma de mediar os conflitos sociais, atenuando, assim, as desigualdades geradas pela questão social.

<sup>2</sup> Não se reconhece ou não se identifica durante o processo de produção (MARX, 1988).

<sup>3</sup> “Com a imigração massiva os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades” (THEODORO, 2004).

<sup>4</sup> “Com a mecanização promoveu-se uma verdadeira expulsão do homem do campo. No período de auge do processo, entre 1970 e 1980, foram 30 milhões de pequenos produtores expulsos de suas terras. Sem terra e sem emprego suficiente para todo o contingente que perdia suas terras, vender a força-de-trabalho nas áreas metropolitanas era a única saída, aumentando consideravelmente o êxodo rural” (MARTINE, 1990).

<sup>5</sup> Ou seja, “inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários” (ALVES; TAVARES, 2006).

<sup>6</sup> O Cooperativismo consiste, portanto, em um processo de práticas associativistas, pelas quais os sujeitos aglutinam, além do capital social, suas forças de produção e sua capacidade de consumo a fim de se desenvolverem econômica e socialmente, almejando a melhoria de suas rendas e da sociedade. O Cooperativismo, ocorrendo em um contexto de predomínio extremo de interesses privatistas sobre os sociais e os coletivos, propõe-se a corrigir as injustiças sociais (PINHO, 1966).

<sup>7</sup> “Um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que propõe autonomia [...] qualificando a cooperação entre as pessoas, porque baseia essas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15).

<sup>8</sup> Concretiza-se quando um determinado grupo de trabalhadores, em condições precárias ou excluídos do mercado formal de trabalho, predispõe-se a organizar empreendimentos coletivos, em que os princípios norteadores do Cooperativismo e do Associativismo se fazem presentes no trabalho desenvolvido.

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57). Acesso em: 08 jul. 2013.

<sup>10</sup> Este projeto foi financiado pelo Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação e coordenado pela professora Dra. Caroline Goerck do curso de Serviço Social, juntamente com quatro estudantes do referido curso, a partir de janeiro de 2012.

<sup>11</sup> “A visita domiciliar é um dos instrumentos que potencializa as condições de desconhecimento do cotidiano dos sujeitos, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária” (PERIN, 2008).

<sup>12</sup> “Por monitoramento compreende-se o acompanhamento das atividades que estão sendo desenvolvidas – observando como estão sendo desempenhadas, se os recursos, ações e temporalidade previstas dão conta das metas propostas, entre outros –; já por avaliação pode-se compreender o momento em que se avalia o que está sendo um foi desenvolvido” (MARINO, 2003).

<sup>13</sup> O processo de autogestão é o estado mais democrático e participativo de gestão (PRATES, 1995). Ocorre quando existe participação dos sujeitos nas atividades envolvidas do processo de trabalho, seja no âmbito de operacionalização das tarefas produtivas ou no de decisões, assim como quando existe, também, a acolhida e o respeito dos demais trabalhadores em relação a essa participação. Constituem características dos empreendimentos autogestionários: a autonomia dos trabalhadores, a capacidade de organizar e comercializar a matéria-prima, a participação dos sujeitos, entre outros.

<sup>14</sup> A práxis “está presente como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens” (GOHN, 2002, p. 176). A transformação do social mediante atividades teóricas, conjuntamente com atividades políticas e/ou produtivas, constitui a práxis, que tem como elemento fundante o trabalho e a base material em que este é realizado.